



AZ@BXL

Número: 292 Data: 2023.11.17

No título: [Trilho da Mata do Canário - Sete Cidades PR04SMI](#)

Nota: A *série* atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A quinta edição explora o [trilho da Mata do Canário - Sete Cidades PR04SMI](#). Este trilho tem início nas proximidades do “Muro das Nove Janelas”, um aqueduto de pedra outrora destinado ao abastecimento de água dos fontanários públicos da cidade de Ponta Delgada. Ao longo deste trajeto é possível observar amplas panorâmicas das costas norte e sul de São Miguel, bem como várias espécies de flora endémica. O trilho termina no centro da freguesia das Sete Cidades.

Inicie o trilho junto ao “Muro das Nove Janelas”. Após passar por uma mata de *Cryptomeria japonica* (criptoméria) e uma subida íngreme de cimento, chegará ao cume do Pico da Cruz, onde é possível observar amplas panorâmicas sobre a costa norte e sul da ilha, em primeiro plano, e ao fundo, a Serra de Água de Pau. A partir deste ponto o percurso segue a linha da cumeeira da Lagoa Azul, onde pode apreciar a Lagoa das Sete Cidades e de Santiago. Ao longo deste trajeto é possível observar várias espécies de flora endémica, como *Ilex azorica* (azevinho), *Erica azorica* (urze), *Angelica lignescens* (angélica), *Hypericum foliosum* (malfurada) e *Leontodon rigens* (patalugo-menor). Termine o trilho com a chegada ao centro da freguesia das Sete Cidades.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Candidaturas ao Colégio da Europa decorrem até 16 de janeiro](#)

[Ação climática: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre novas regras para reduzir emissões de metano no setor da energia](#)

[Espaço: Conselho aprova conclusões sobre a Estratégia Espacial da UE para a Segurança e a Defesa](#)

[Comissão financia 171 novos projetos LIFE no domínio do ambiente e do clima em toda a Europa](#)

[186 milhões de EUR da Comissão Europeia para promover produtos agroalimentares dentro e fora da UE em 2024](#)

[Previsões económicas do outono de 2023: uma recuperação modesta após um ano difícil](#)

[TCE sinaliza estagnação na aquacultura europeia apesar de apoio substancial da UE](#)

[Pacote de procedimentos de infração de novembro: principais decisões](#)



20 de novembro



Impacto ambiental da gestão de resíduos — revisão do quadro da UE em matéria de resíduos

A Diretiva-Quadro Resíduos protege a saúde pública e o ambiente através de uma gestão adequada dos resíduos. Para o efeito, é aplicada a hierarquia de resíduos da UE, que promove a prevenção e a reutilização dos resíduos, em detrimento da sua valorização e eliminação. Esta iniciativa visa melhorar a gestão dos resíduos: reduzindo a produção de resíduos, nomeadamente através da reutilização de produtos ou componentes; reduzindo os resíduos indiferenciados e aumentando a preparação para a reutilização ou reciclagem de resíduos, melhorando a recolha seletiva. Comentários [aqui](#).



Conselho (Agricultura e Pescas)

Os ministros [realizarão](#) o seu primeiro debate sobre as possibilidades de pesca para 2024 no Atlântico e no mar do Norte, bem como no Mediterrâneo e no mar Negro. Os ministros procurarão aprovar conclusões sobre uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE e, entre outros temas, farão o ponto da situação da proposta de regulamento relativo às novas técnicas genómicas.

Durante uma sessão pública, os ministros da Agricultura procurarão aprovar conclusões sobre uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE. A Presidência espanhola prestará publicamente informações sobre o ponto da situação dos trabalhos em curso sobre a proposta de regulamento relativo aos vegetais obtidos por determinadas novas técnicas genómicas e aos géneros alimentícios e alimentos para animais deles derivados. Durante uma sessão pública, a Comissão informará os ministros sobre a execução da Estratégia da UE para as Florestas 2030. Também em sessão pública, a Presidência espanhola dará aos ministros informações sobre os produtos florestais não lenhosos.

Poderá acompanhar [aqui](#) os pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.



Conselho do Espaço Económico Europeu

O Conselho do EEE [analisará](#) o funcionamento global do Acordo EEE e realizará um debate de orientação sobre a segurança económica. A reunião será presidida por Dominique Hasler, ministra dos Negócios Estrangeiros, da Educação e do Desporto do Listenstaine. Participarão na reunião José Manuel Albares, ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, em representação da Presidência do Conselho da União Europeia, Bjarni Benediktsson, ministro dos Negócios Estrangeiros da Islândia, e Espen Barth Eide, ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, bem como Maroš Šefčovič, vice-presidente da Comissão, e representantes do Serviço Europeu para a Ação Externa. A reunião do Conselho do EEE será precedida de um diálogo político informal com os Estados da EFTA membros do EEE. Israel/Palestina e Rússia/Ucrânia estarão no centro dos debates.

20 a 23 de novembro



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Os parlamentares europeus estarão [reunidos](#), em Estrasburgo, para mais uma sessão plenária, podendo consultar [aqui](#) a agenda detalhada da reunião.



Semana Europeia do Hidrogénio 2023

A edição de 2023 da Semana Europeia do Hidrogénio 2023 é coorganizada pela Comissão Europeia, pela *Hydrogen Europe* e pela Parceria para o Hidrogénio Limpo, e reúne todas as partes interessadas em toda a cadeia de valor, abrangendo uma variedade de tópicos. Para garantir que o maior número possível de pessoas possa participar das conversas e aprender mais sobre soluções de hidrogénio, o acesso ao evento é gratuito e aberto a todos os interessados. Inscrições [aqui](#).

23 e 24 novembro



Cimeira UE-Canadá

O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel deslocar-se-á, juntamente com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ao Canadá para a Cimeira UE-Canadá de 23-24 de novembro. Os dirigentes [realçarão](#) o compromisso comum da UE e do Canadá para com os valores democráticos, o multilateralismo e a ordem internacional assente em regras como a pedra basilar das nossas relações.

Reconfirmarão os compromissos a longo prazo e o apoio inabalável da UE e do Canadá à Ucrânia, para que este país defenda a sua soberania em todas as suas dimensões, nomeadamente os compromissos em matéria de segurança e à assistência militar, à reconstrução e às reformas necessárias para a via da integração europeia da Ucrânia, bem como ao fazer face às consequências mundiais da guerra.

Os dirigentes promoverão a cooperação em prol de economias abertas e resilientes, destacando os resultados positivos do CETA em matéria de comércio e investimento e os resultados tangíveis da parceria estratégica UE-Canadá sobre matérias-primas críticas. As partes acelerarão os trabalhos para fazer face à tripla crise planetária (alterações climáticas, perda de biodiversidade e poluição) e promover uma economia mundial com impacto neutro no clima até 2050, intensificando a cooperação a todos os níveis.

Os dirigentes aprofundarão a cooperação digital no sentido de uma economia e sociedade digitais positivas e centradas no ser humano, com destaque para questões como a inteligência artificial, a cibersegurança e infraestruturas internacionais de conectividade seguras e resilientes.



Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)

Os ministros irão [debater](#) o Espaço Europeu da Educação, que promove a colaboração entre os países da UE no domínio da educação, com o objetivo de construir sistemas nacionais de educação e formação mais resilientes e inclusivos. A ambição da UE é permitir que todos os seus cidadãos recebam a melhor educação e formação. Apesar de cada Estado-Membro ser responsável pelo seu próprio sistema de educação e formação, a UE desempenha um papel fundamental em termos de apoio. Encoraja a cooperação e o intercâmbio de boas práticas entre os Estados-Membros e complementa os esforços e as reformas nacionais. A educação é crucial para aproximar os cidadãos da UE e para o futuro das pessoas e da UE na sua globalidade.

Os ministros debruçar-se-ão de igual modo sobre os problemas de consumo de drogas e distúrbios mentais. As pessoas que têm simultaneamente problemas de consumo de drogas e distúrbios mentais correm maior risco de desenvolver uma psicopatologia grave, de ser hospitalizadas, de sofrer uma overdose, de cometer suicídio ou de morrer prematuramente, em comparação com

as pessoas que sofrem apenas de um distúrbio mental. São também mais suscetíveis de estarem desempregadas e sem abrigo e de terem comportamentos de alto risco associados a infeções como o VIH e o vírus da hepatite C.

30 de novembro



"O Espaço Europeu da Educação: uma realidade para todos"

A Cimeira é o evento anual emblemático do Espaço Europeu da Educação (EEE). Reúne decisores políticos de instituições da UE e não só, e as comunidades europeias de educação e formação. O evento será presencial (somente em inglês) e estará disponível através de *webstreaming*. Mais informações [aqui](#).



Colóquio relativo ao Programa Europa Criativa: Oportunidades para as Regiões Ultraperiféricas

Os setores culturais e criativos das Regiões Ultraperiféricas da UE têm um grande potencial económico e de criação de emprego. As Regiões Ultraperiféricas contribuem para a diversidade cultural da UE e desempenham um papel importante na promoção dos intercâmbios, nomeadamente através da mobilidade, e da cooperação com pessoas e organizações de países terceiros, em especial dos países vizinhos.

O [programa Creative Europe](#) é o programa emblemático da UE para apoiar os setores da cultura e do audiovisual. Investe em ações que reforçam a diversidade cultural e respondem às necessidades e aos desafios dos setores culturais e criativos. O programa inclui disposições específicas para as Regiões Ultraperiféricas. [Inscrições aqui](#).

4 e 5 de dezembro



FOOD 2030: Sistemas alimentares ecológicos e resiliente

Transformar os sistemas alimentares em prol da sustentabilidade e da resiliência é pertinente e urgente para alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Os sistemas alimentares são altamente complexos, caracterizados pela incerteza, por múltiplos fatores, impactos e setores interligados, exigindo compromissos. Atuar simultaneamente em muitas frentes é a única chave para o sucesso. O papel da política de investigação e inovação foi finalmente reconhecido como fundamental para desvendar as complexidades e catalisar soluções.

Entre 4 e 5 de dezembro de 2023, a Comissão Europeia organizará uma conferência em Bruxelas intitulada "[Food 2030: sistemas alimentares ecológicos e resilientes](#)" para partilhar as realizações dos projetos da UE relacionados com os sistemas alimentares, explorar futuras orientações de investigação e inovação e alavancas de mudança. A Comissão Europeia pretende reunir um vasto leque de intervenientes e decisores políticos para este evento presencial, que também será transmitido e gravado na Internet para aqueles que não puderem estar presentes.

5 a 8 de dezembro



Jornadas Agroalimentares da UE

A edição inaugural das [Jornadas Agroalimentares da UE](#) terá lugar em Bruxelas, de 5 a 8 de dezembro de 2023, para debates sobre as perspetivas da agricultura europeia, as tendências do mercado, a segurança alimentar, a sustentabilidade e a inovação digital. Este evento internacional reúne agricultores, decisores políticos, líderes empresariais, analistas e especialistas de todo o mundo para promover o diálogo e inspirar ideias transformadoras. Para participação presencial [registre-se aqui](#).

13 de dezembro



Comissão Europeia lança concurso de vídeos para alunos do ensino secundário «ImagineEU»

A Comissão Europeia [lançou](#) o convite à apresentação de candidaturas para a iniciativa «ImagineEU», um concurso aberto aos estudantes dos dois últimos anos do ensino secundário. Os estudantes de toda a UE são convidados a criar e partilhar vídeos curtos que apresentem as suas ideias para mudanças a nível europeu que possam melhorar a qualidade de vida nas suas comunidades.

O concurso «ImagineEU» assenta no conceito da Iniciativa de Cidadania Europeia e visa incentivar os jovens cidadãos a desempenharem um papel ativo para influenciarem as políticas da UE. Complementa o conjunto de ferramentas didáticas [«A Democracia em Ação na UE — Dê a sua opinião com a Iniciativa de Cidadania Europeia»](#), concebido para dotar os alunos do ensino secundário dos conhecimentos e competências necessários para se tornarem cidadãos da UE empenhados.



Comissão Europeia está a recrutar tradutoras e tradutores

A Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia [publicou](#) um [convite](#) à manifestação de interesse para a constituição de uma lista de aptidão de tradutores/as de língua portuguesa para os seus serviços em Bruxelas e no Luxemburgo. O procedimento de seleção inclui a prestação de provas pelos candidatos e candidatas que preenchem as condições mínimas de candidatura. No termo do processo de seleção será elaborada uma lista de aptidão com as pessoas aprovadas, de acordo com as regras aplicáveis.

As pessoas incluídas na lista de aptidão poderão ser convidadas a integrar os serviços do Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução, em Bruxelas ou no Luxemburgo, com um contrato de agente temporário a termo certo (com duração de quatro anos, renovável por mais dois anos). Mais informações [aqui](#).

31 de dezembro



Novo Bauhaus Europeu: estão abertas as candidaturas à apresentação de eventos satélite no âmbito do Festival do Novo Bauhaus Europeu

A Comissão Europeia [abriu as candidaturas](#) à apresentação de eventos satélite no âmbito do Festival do Novo Bauhaus Europeu. O festival, que se realizará em abril de 2024, reunirá pessoas de diversas origens em *workshops*, atividades e eventos satélite para debater e moldar o futuro. O convite à apresentação de eventos satélite está aberto até 31 de dezembro de 2023.

16 de janeiro



«A Cultura Move a Europa»: abertas candidaturas para residências artísticas em organizações culturais

O maior programa de mobilidade cultural da UE, «A Cultura Move a Europa», [abriu](#) o seu segundo convite à apresentação de propostas para entidades de acolhimento de residências artísticas. O convite destina-se, nomeadamente, a organizações sem fins lucrativos, ONG, organismos públicos, fundações, empresas ou artistas independentes sediados num dos 40 países do [programa Europa Criativa](#) e ativos nas artes do espetáculo, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, *design* e *design* de moda, bem como na literatura.

Este convite ficará aberto até 16 de janeiro de 2024. O primeiro convite à apresentação de propostas para acolhimento de residências artísticas, que terminou em junho de 2023, pré-selecionou 89 projetos que envolveram 232 artistas de 33 países diferentes do programa Europa Criativa, em especial de Itália, Portugal e Polónia. As residências artísticas vão abranger todos os setores culturais e várias incidirão nos objetivos do [Novo Bauhaus Europeu](#). Mais informações [aqui](#) e [aqui](#).

Até 31 de janeiro



Programa Europa Criativa lança três novos convites à apresentação de propostas no valor total de 115 milhões de euros para apoiar os setores cultural e criativo

O programa Europa Criativa lançou os seus três primeiros convites à apresentação de propostas de financiamento para 2024, oferecendo um apoio significativo aos setores culturais e criativos da Europa. O [convite à apresentação de projetos no âmbito da cooperação europeia](#), com um orçamento de cerca de 60 milhões de euros, reforçará a colaboração transfronteiriça entre organizações culturais e apoiará o desenvolvimento, a experimentação e a divulgação de práticas inovadoras e a criação de conteúdos artísticos europeus, beneficiando pelo menos 130 projetos.

Em segundo lugar, um [novo convite](#) à apresentação de propostas, com um orçamento de 47,4 milhões de euros, oferecerá apoio a cerca de 15 plataformas para a promoção de artistas emergentes durante o período 2024-2027. Por último, a iniciativa "[Entidades Culturais Pan-Europeias](#)" visa apoiar, em particular, as orquestras, com um vasto âmbito geográfico. Graças a [este convite](#), com um orçamento de 7,2 milhões de euros para 2024-2027, as entidades receberão apoio para oferecer formação, profissionalização e oportunidades de atuação a jovens artistas talentosos. Serão selecionadas até cinco orquestras, abrangendo uma vasta área geográfica, para receber o fundo. O prazo de candidatura para os três convites é janeiro de 2024. Para mais informações sobre o processo de candidatura e os pormenores do convite à apresentação de candidaturas, consultar o [Portal de Financiamento e Concursos da UE](#).

8 de fevereiro



Novo convite no valor de 96,6 milhões de euros para programas de formação doutoral e de bolsas de pós-doutoramento graças às Ações Marie Skłodowska-Curie

A Comissão Europeia [abriu](#) um novo convite à apresentação de propostas no âmbito do cofinanciamento das [Ações Marie Skłodowska-Curie \(MSCA\)](#) para programas regionais, nacionais e internacionais (COFUND). Com um orçamento de 96,6 milhões de euros, este convite irá [cofinanciar](#) programas de formação de doutoramento e programas de bolsas de pós-doutoramento. Através das MSCA COFUND, qualquer tipo de organização, incluindo universidades, centros de investigação, empresas ou autoridades regionais ou nacionais, pode receber financiamento para desenvolver e apoiar os seus próprios programas de formação, que podem ter uma componente regional, nacional ou internacional, para atrair talentos internacionais e aumentar as suas capacidades de investigação e inovação. Mais informações sobre o convite à apresentação de [candidaturas COFUND 2023](#) e sobre como candidatar-se estão [disponíveis em linha](#).

14 de fevereiro



11 milhões de euros para apoiar os órgãos de comunicação social independentes

A Comissão publicou um novo convite à apresentação de propostas no âmbito do programa [Europa Criativa](#). Este convite, intitulado "Parcerias Jornalísticas", atribuirá um total de 11 milhões de euros a duas ações distintas: por um lado, o financiamento de [colaborações transfronteiras](#) entre meios de comunicação social e, por outro, a [criação de programas de subvenções](#) para meios de comunicação social que contribuam diretamente para a vida democrática.

O prazo para apresentação de candidaturas é 14 de fevereiro de 2024, devendo os projetos ter início no final de 2024. Os candidatos podem candidatar-se a uma ou outra ação, ou a ambas. Os meios de comunicação selecionados manterão plena liberdade editorial. Será realizada uma [sessão de informação](#) a 6 de dezembro e uma panorâmica do apoio da UE ao setor dos meios de comunicação social está disponível aqui.

31 de maio



Culture Moves Europe: novas oportunidades de mobilidade cultural para artistas

O maior programa de mobilidade cultural da UE, denominado "Culture Moves Europe", [abriu](#) um novo convite à mobilidade individual. Destina-se a artistas e profissionais da cultura com, pelo menos, 18 anos de idade, legalmente residentes num dos 40 países do programa Europa Criativa e ativos nos seguintes setores: artes performativas, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, design e design de moda e literatura. As [candidaturas estão abertas até 31 de maio de 2024](#).

O regime oferece bolsas de mobilidade que contribuem para as despesas de deslocação e de subsistência, que podem ser complementadas com apoio financeiro adicional para promover uma participação mais diversificada de pessoas que enfrentam obstáculos à mobilidade internacional. É oferecido um maior apoio financeiro às pessoas que viajam ecologicamente, que são pais de crianças pequenas ou que necessitam de um visto. Os artistas portadores de deficiência são particularmente encorajados a candidatar-se, uma vez que a iniciativa "Culture Moves Europe" lhes oferece um apoio especial para cobrir os custos adicionais que possam advir da deficiência, permitindo-lhes participar em projetos transfronteiriços.



Açores

Candidaturas ao Colégio da Europa decorrem até 16 de janeiro

O Governo dos Açores atribui anualmente uma Bolsa de Estudo – Bolsa "José Medeiros Ferreira" – para a frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa que compreende uma comparticipação nos encargos com as propinas do curso, alojamento e alimentação, além de uma viagem de ida e volta entre o local de residência do aluno e o local do curso. Saiba mais [aqui](#).

O Colégio da Europa é uma instituição de ensino privado, fundada em 1949, com reconhecido prestígio internacional e com grandes tradições no estudo, análise e discussão de assuntos europeus, que acolhe anualmente mais de quatro centenas de alunos de pós-graduação, nos seus Campus de Bruges (Bélgica), Natolin (Polónia) e também em Tirana (Albânia), a partir de setembro de 2024.

Presidente do Governo lembra que Açores se devem afirmar pela qualidade nos setores agrícola e marítimo

O presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, [defendeu](#) que a Região se deve afirmar no contexto nacional e internacional pela qualidade dos setores do pescado e da lavoura. O governante falava na inauguração das novas instalações dos Centros de Fabrico dos Açores, do grupo Bensaúde. A nova infraestrutura integra a indústria de processamento de carnes, panificação, pastelaria e pescado presente nos Açores.

Novo estagiário no Escritório dos Açores da UE

O Governo dos Açores [atribuiu](#) a bolsa de estágio no Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao abrigo do programa "Estagiar Europa", a André Garcia. O jovem picoense é *alumnus* do Colégio da Europa, no qual foi bolseiro ao abrigo do Programa de Bolsas de Estudo José Medeiros Ferreira, financiado pelo Governo dos Açores.

O programa "Estagiar Europa é operacionalizado pelo Gabinete do subsecretário regional da Presidência. Visa possibilitar aos jovens com formação superior um estágio em organismos europeus, fora do território nacional. Pretende promover o conhecimento da UE, reforçar competências e fomentar a integração dos jovens nas instituições europeias.



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Conselho adota Regulamento relativo à Rede de Informação de Sustentabilidade Agrícola

O Conselho [deu](#) luz verde final ao Regulamento relativo à Rede de Informação de Sustentabilidade Agrícola (RISA). O objetivo do novo regulamento é melhorar a **sustentabilidade** dos sistemas alimentares da UE através de uma **melhoria do processo de recolha de dados** que tenha em conta os dados ambientais e sociais, juntamente com os dados económicos já recolhidos através da Rede de Informação Contabilística Agrícola (RICA).

O Regulamento RISA agora adotado modifica o Regulamento RICA, a fim de permitir a recolha de dados adicionais necessários ao acompanhamento da consecução dos objetivos da política agrícola comum (PAC) e do Pacto Ecológico Europeu, bem como da sua **Estratégia do Prado ao Prato** e da sua **Estratégia para a Biodiversidade**. A atual RICA consiste numa base de dados microeconómicos e contabilísticos recolhidos anualmente, com base numa metodologia comum, de uma amostra de mais de 80 000 explorações agrícolas da UE, de forma a ter representatividade estatística. O regulamento revisto prevê a recolha de **dados ambientais e sociais**, para além dos dados já recolhidos ao abrigo do Regulamento RICA.

Glifosato: renovação da utilização por mais 10 anos

Os Estados-Membros não alcançaram a maioria qualificada necessária para renovar ou rejeitar a aprovação do glifosato. Assim, o ónus da decisão recaiu na Comissão que, com base nos pareceres científicos, optou por [renovar](#) a aprovação do glifosato por um período de dez anos, sob reserva de determinadas condições e restrições.

Conselho adota posição sobre a rotulagem digital no setor dos fertilizantes

O Conselho [adotou](#) a sua posição ("mandato de negociação") sobre a proposta de regulamento relativo à rotulagem digital dos produtos fertilizantes da UE. Esta proposta, que altera o Regulamento (UE) 2019/1009, tem por objetivo melhorar a legibilidade dos rótulos, conduzindo a uma utilização mais eficiente dos produtos fertilizantes, e simplificar as obrigações de rotulagem para os fornecedores, reduzindo simultaneamente os custos para o sector.

Embora a posição do Conselho partilhe os principais objetivos do regulamento revisto, introduz várias melhorias numa tentativa de encontrar o equilíbrio certo entre a evolução para a digitalização dos rótulos para os operadores económicos e a prevenção de potenciais problemas de informação para os utilizadores finais, tendo em conta as competências digitais e as limitações de conectividade que alguns agricultores podem enfrentar.

186 milhões de euros da Comissão Europeia para promover produtos agroalimentares dentro e fora da UE em 2024

A Comissão Europeia [afetará](#) 185,9 milhões de euros em 2024 ao financiamento de atividades de promoção de produtos agroalimentares sustentáveis e de elevada qualidade na UE e fora do seu território. O **programa de trabalho da política de promoção para 2024** adotado pela Comissão visa desenvolver novas oportunidades de mercado, tendo simultaneamente em conta as prioridades políticas e a análise das exportações previstas para os mercados existentes e emergentes, bem como os contributos das partes interessadas.

As campanhas de promoção dos produtos agrícolas da UE devem destinar-se a criar novas oportunidades de mercado para os agricultores europeus e o setor alimentar da UE em geral e a apoiar o desenvolvimento das empresas já existentes. Além de **umentar a produção e o consumo sustentáveis de produtos agrícolas**, a política de promoção também apoia a recuperação sustentável do setor agroalimentar da UE num contexto económico difícil.

Os montantes disponíveis para as campanhas selecionadas em 2024 repartem-se entre a **promoção no mercado interno da UE e a promoção em países terceiros**, que receberão, respetivamente, 81,3 milhões de EUR e 85,1 milhões de euros. Fora da UE, **os países e regiões com elevado potencial de crescimento são considerados os principais objetivos de promoção**. Entre eles, refira-se a China, o Japão, a Coreia do Sul, Singapura e a América do Norte. O Reino Unido, que absorve mais de 20 % das exportações da UE-27, continua a ser um dos principais mercados de exportação de produtos agroalimentares da UE.

A Comissão Europeia cofinancia até 80 % dos projetos selecionados apresentados por operadores privados e realiza também as suas [próprias campanhas de comunicação](#) em países terceiros. Essas atividades podem incluir a participação em feiras comerciais agroalimentares, a organização de delegações empresariais em países terceiros e a elaboração de [manuais sobre a entrada no mercado](#) para os exportadores.

Fiscalidade: Comissão insta Portugal a cumprir a legislação da UE em matéria de impostos especiais de consumo sobre o vinho

A Comissão Europeia [decidiu](#) dar início a um procedimento de infração através do envio de uma carta de notificação para cumprir a **Portugal** (INFR(2020)4063) por incumprimento das regras da UE em matéria de [impostos especiais de consumo](#) sobre o vinho. Portugal trata como vinho, aplicando incorretamente uma taxa zero, produtos enriquecidos com um título alcoométrico volúmico compreendido entre 15 % e 18 %.

No entanto, a legislação da UE só permite a inclusão desses produtos na categoria de vinho se forem produzidos sem terem sido enriquecidos. Ao mesmo tempo, Portugal exclui todos os vinhos aromatizados da categoria de vinho, mesmo que estejam reunidas as condições previstas na legislação da UE, o que resulta na aplicação de uma taxa de imposto especial de consumo mais elevada. Em ambos os casos, o tratamento dos produtos acima referidos é contrário à definição de vinho constante da legislação da UE em matéria de impostos especiais de consumo. Portugal dispõe de um prazo de dois meses para colmatar as deficiências identificadas nesta carta de notificação para cumprir. Se Portugal não atuar no prazo fixado, a Comissão poderá decidir enviar-lhe um parecer fundamentado



Ambiente

Comissão financia 171 novos projetos LIFE no domínio do ambiente e do clima em toda a Europa, com mais de 396 milhões de euros

A Comissão Europeia [aprovou 171 novos projetos](#) em toda a Europa no âmbito do [Programa LIFE para o ambiente e a ação climática](#), no valor de **mais de 396 milhões de euros**. Graças às necessidades de cofinanciamento do programa, mobilizará um **investimento total superior a 722 milhões de euros**, o que representa um aumento de 28,5 % em relação ao ano passado. Os projetos de quase todos os países da UE beneficiarão de apoio da UE ao abrigo dos seguintes subprogramas: **natureza e biodiversidade; economia circular e qualidade de vida; atenuação das alterações climáticas e adaptação às mesmas; e transição para as energias limpas**.

Os projetos LIFE contribuem para alcançar a vasta gama de objetivos climáticos, energéticos e ambientais do Pacto Ecológico Europeu, incluindo o objetivo da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050. Apoiam a biodiversidade e a restauração da natureza, melhoram a qualidade de vida dos europeus através da redução dos poluentes e das emissões de gases com efeito de estufa, aumentam a circularidade na economia e a resiliência às alterações climáticas e aceleram a transição para energias limpas em toda a Europa.

Criminalidade Ambiental: Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo

A Presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre uma proposta de ato legislativo da UE que melhoraria a investigação e redução de infrações penais ambientais. A nova diretiva visa estabelecer regras mínimas para a definição das infrações penais e das sanções, a fim de proteger melhor o ambiente, substituindo a anterior diretiva de 2008, que se tornou obsoleta face à evolução da legislação ambiental da UE.

Neutralidade climática: Conselho pronto para iniciar conversações com o Parlamento sobre o quadro de certificação da UE para as remoções de carbono

O Conselho [adotou](#) o seu mandato de negociação para as conversações com o Parlamento Europeu sobre uma proposta destinada a estabelecer o primeiro quadro de certificação a nível da UE para as remoções de carbono. Este quadro voluntário visa facilitar e acelerar a implantação de atividades de remoção de carbono de elevada qualidade na UE, resultando num impacto climático positivo inequívoco, ao mesmo tempo que combate a lavagem verde.

A proposta estabelece regras de monitorização, comunicação de informações e verificação (MRV) para as remoções de carbono. Ao complementar os esforços de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), contribuirá para o ambicioso objetivo da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050, tal como estabelecido na Lei Europeia do Clima. O mandato de negociação, que foi acordado a nível do COREPER, define a posição do Conselho para o início das negociações ("trílogos") com o Parlamento para dar forma ao texto final da legislação.

Transferências de resíduos: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre regras mais eficientes e atualizadas

O Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu [chegaram](#) a acordo político provisório para atualizar o regulamento relativo às transferências de resíduos. A revisão do regulamento visa reduzir as transferências de resíduos problemáticos para fora da UE, atualizar os procedimentos de transferência para refletir os objetivos da economia circular e melhorar a aplicação.

O regulamento estabelece procedimentos e regimes de controlo para garantir que as transferências internacionais de resíduos não constituam uma ameaça para a saúde humana e o ambiente e para promover a utilização dos resíduos como um recurso numa economia circular na UE. O acordo é provisório e aguarda a adoção formal por ambas as instituições.



Coesão e Solidariedade Interna

Comissária Elisa Ferreira atribui prémios REGIOSTARS 2023 a projetos pioneiros financiados pela UE no âmbito da política de coesão

A comissária responsável pela Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, [atribuiu](#) os [prémios REGIOSTARS](#) de 2023 a sete projetos notáveis e inovadores em toda a Europa que foram apoiados pelos fundos da política de coesão. Os projetos mostram como a UE, através da política de coesão, consegue operar mudanças no terreno e impulsionar o desenvolvimento económico e social em toda a UE. A cerimónia de entrega dos prémios teve lugar em Ostrava, na Chéquia.

Para a edição de 2023, foi apresentado um total recorde de **228 candidaturas** para concorrer ao primeiro prémio em seis categorias diferentes, e um prémio de escolha pública, tendo sido **pré-selecionados 30 finalistas**. Os prémios REGIOSTARS são um concurso anual organizado pela Comissão desde 2008. Tornaram-se o selo de excelência da Europa para projetos financiados no âmbito da política de coesão da UE que apresentam abordagens inovadoras e inclusivas no domínio do desenvolvimento regional. Inspiraram as regiões a concretizar uma política de coesão da UE cada vez com mais impacto, capaz de responder às necessidades dos cidadãos a nível local.

Este ano, centenas de projetos concorreram em cinco categorias que correspondem aos objetivos políticos do [período de programação de 2021-2027](#), juntamente com uma categoria específica, criada para esta edição, relacionada com o Ano Europeu das Competências 2023. O concurso incluiu, portanto, seis categorias, bem como um prémio geral de escolha pública, que permitiu ao público votar no seu projeto favorito da lista de finalistas.



Defesa e Segurança

Declaração da União Europeia sobre as pausas humanitárias em Gaza

A UE [está](#) profundamente preocupada com o agravamento da crise humanitária em Gaza. A UE associa-se aos apelos a que sejam estabelecidas pausas imediatas nas hostilidades e sejam criados corredores humanitários, inclusive aumentando a capacidade dos pontos de passagem das fronteiras e definindo uma rota marítima específica, para que a ajuda humanitária possa chegar em segurança à população de Gaza.

Em consonância com as Conclusões do Conselho Europeu de 26 de outubro, a UE volta a sublinhar o direito de Israel a defender-se, em conformidade com o direito internacional e o direito internacional humanitário. A UE apela a um acesso humanitário contínuo, rápido, seguro e sem entraves e a que a ajuda chegue a quem dela necessita por todas as medidas necessárias, incluindo corredores e pausas humanitários para responder às necessidades humanitárias. A este respeito, acolhemos favoravelmente os resultados da conferência humanitária de 9 de novembro, que teve lugar em Paris.

A UE reitera o seu apelo ao Hamas no sentido da libertação imediata e incondicional de todos os reféns. É fundamental que o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) tenha acesso aos reféns. A UE condena a utilização de hospitais e de civis como escudos humanos pelo Hamas. A população civil tem de ser autorizada a abandonar a zona de combate. As hostilidades estão a afetar gravemente os hospitais e a impor um terrível tributo à população civil e ao pessoal médico. A UE realça que, de acordo com o direito internacional humanitário, os hospitais, o material médico e a população civil que se encontram no seu interior têm de ser protegidos. Tem também de ser imediatamente fornecido aos hospitais o material médico mais urgente, sendo preciso evacuar em segurança os doentes que necessitam de cuidados médicos urgentes. Neste contexto, instamos Israel a usar da máxima contenção para assegurar a proteção da população civil.

Cooperação no domínio da defesa: Conselho avalia os progressos da CEP e lança a sua revisão estratégica

O Conselho [adotou](#) uma recomendação que **avalia os progressos** realizados pelos 26 Estados-Membros participantes para o cumprimento dos compromissos mais vinculativos assumidos no âmbito da **cooperação estruturada permanente** (CEP).

O Conselho sublinha que os Estados-Membros participantes continuaram a fazer progressos no aumento das suas despesas de defesa, com um **crescimento de 12 % em 2023** e **novos aumentos previstos para 2024-2025**. Além disso, **25 % do total das despesas de defesa afetadas ao investimento na defesa em 2022** foi utilizado para acelerar a **aquisição das capacidades necessárias** e a **reconstituição das existências**, predominantemente através da aquisição de capacidades prontas a utilizar com vista a obter soluções imediatas.

Através da CEP, o Conselho avalia as **primeiras implicações** da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia para as políticas de segurança e defesa dos Estados-Membros, ilustradas pelas alterações iniciais introduzidas nos planos nacionais no sentido de garantirem as capacidades necessárias para uma guerra de alta intensidade, incluindo facilitadores estratégicos. O Conselho regista um maior interesse **na utilização dos instrumentos e iniciativas de desenvolvimento de capacidades da UE**, e incentiva a que se continue a utilizar a **Agência Europeia de Defesa** como principal fórum europeu para o desenvolvimento conjunto de capacidades.



Previsões económicas do outono de 2023: uma recuperação modesta após um ano difícil

A economia europeia [perdeu](#) dinamismo no corrente ano, num contexto de elevado custo de vida, fraca procura externa e restritividade monetária. Embora se preveja que a atividade económica recupere gradualmente no futuro, as previsões da Comissão Europeia do outono reveem em baixo o crescimento do PIB da UE em comparação com as suas projeções do verão. Estima-se que a inflação tenha descido para um mínimo de dois anos na área do euro em outubro, prevendo-se que continue a diminuir ao longo do período de previsão.

Após uma expansão robusta ao longo da maior parte de 2022, o PIB real registou uma contração no final do ano e quase não cresceu nos três primeiros trimestres de 2023. Ainda elevada, embora em declínio, a inflação e a restritividade da política monetária tiveram um impacto maior do que o anteriormente esperado, a par da fraca procura externa. Os indicadores das empresas mais recentes e os dados dos inquéritos de outubro apontam para uma atividade económica moderada também no quarto trimestre do corrente ano, num contexto de maior incerteza. De um modo geral, as previsões do outono apontam para um crescimento do PIB de 0,6 % em 2023, tanto na UE como na área do euro, ou seja, 0.2 pontos percentuais abaixo das previsões da Comissão do verão.

Espera-se que a atividade económica recupere gradualmente, à medida que o consumo recuperar graças a um mercado de trabalho continuamente robusto, ao crescimento sustentado dos salários e à prossecução do abrandamento da inflação. Apesar de uma política monetária mais restritiva, prevê-se que o investimento continue a aumentar, apoiado por balanços globalmente sólidos das empresas e pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Em 2024, prevê-se que o crescimento do PIB da UE melhore para 1,3 %. Trata-se ainda de uma revisão em baixa de 0,1 pontos percentuais desde o verão. Na área do euro, projeta-se que o crescimento do PIB seja ligeiramente inferior, situando-se em 1,2 %.

Orçamento da UE para 2024: Conselho e Parlamento chegam a acordo

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a acordo sobre o orçamento anual da UE para 2024. O orçamento do próximo ano centra-se fortemente nas principais prioridades estratégicas da UE e constitui uma resposta ao contexto geopolítico atualmente difícil.

O total das autorizações foi fixado em **189 385,4 milhões de euros**. Ficam disponíveis **360 milhões de euros** dentro dos limites máximos de despesas do atual quadro financeiro plurianual para 2021-2027, o que permite à UE reagir a necessidades imprevistas. O total dos pagamentos ascende a **142 630,3 milhões de euros**.

Acordo de Samoa: a UE e os seus Estados-Membros assinam um novo Acordo de Parceria com os Membros da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico

A UE e os seus Estados-Membros [assinaram](#) um novo Acordo de Parceria com os membros da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP), que constituirá o quadro jurídico global para as suas relações nos próximos vinte anos. Este acordo sucederá ao Acordo de Cotonu e será conhecido por "Acordo de Samoa". O Acordo abrange domínios como o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis, os direitos humanos, a paz e a segurança. O Acordo entrará em vigor após a aprovação do Parlamento Europeu e a ratificação pelas Partes, ou seja, todos os Estados-Membros da UE e, pelo menos, dois terços dos Membros da OEACP.

União bancária: Conselho define posição comum sobre as cadeias de subscrição indireta

O Conselho [adotou](#) um mandato para encetar negociações com o Parlamento Europeu sobre a proposta relativa às cadeias de subscrição indireta ("Daisy Chains"). A proposta visa uma alteração específica da Diretiva Recuperação e Resolução Bancárias (DRRB) e do Regulamento Mecanismo Único de Resolução (RMUR), a fim de ter em conta determinadas questões relacionadas com o tratamento do "MREL interno" nos grupos de resolução bancária.

A DRRB exige que os bancos e outras instituições de crédito estabelecidos na UE cumpram um requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL"), a fim de assegurar a aplicação eficaz e credível do instrumento de recapitalização interna. O incumprimento do MREL pode causar impactos negativos na capacidade de absorção de perdas e de recapitalização das instituições e, em última análise, na eficácia global da resolução.

Quando o MREL é emitido por uma filial de um grupo bancário e subscrito direta ou indiretamente pela sua empresa-mãe, é designado por "MREL interno". A filial tem de deduzir as suas participações no MREL interno dos seus fundos próprios, a fim de assegurar a integridade e a capacidade de absorção de perdas dos instrumentos MREL.

UE e Angola assinam o primeiro acordo de facilitação do investimento sustentável

A UE e Angola [assinaram](#) um Acordo de Facilitação do Investimento Sustentável (AFIS), o primeiro acordo deste tipo que a UE celebra, durante o Fórum Empresarial UE-Angola em Luanda. O acordo dá resposta à ambição de Angola de diversificar a sua economia para além dos setores do petróleo e do gás, que atraíram historicamente a maior parte do investimento estrangeiro.

O acordo, com os seus compromissos para melhorar o clima e a sustentabilidade empresariais em toda a economia, deverá atrair novos investimentos da UE para setores em que o potencial de Angola está ainda por explorar. O Fórum Empresarial UE-Angola confirmou oportunidades para investimentos, nomeadamente em energia verde, em cadeias de valor agroalimentares, na inovação digital, nas pescas, na logística e nas matérias-primas críticas. O principal objetivo é aumentar o investimento sustentável de empresas

da UE em Angola, ao passo que as empresas angolanas beneficiarão de medidas de facilitação e de melhores ligações entre investidores estrangeiros e fornecedores nacionais.

Após a assinatura do acordo, a UE e Angola notificar-se-ão mutuamente da conclusão dos respetivos procedimentos internos, incluindo, no que respeita à UE, da aprovação do Parlamento Europeu. **Angola** é o sexto destino mais importante no que se refere aos investimentos da UE em África, representando 7 % dos investimentos diretos estrangeiros da UE no continente, que ascenderam a 14,1 mil milhões de euros em 2021. O volume de investimento de Angola na UE ascendeu a 3,5 mil milhões de euros em 2021. A UE é o principal parceiro comercial e de investimento de Angola. Em 18 de novembro de 2022, a UE e Angola [concluíram as negociações](#) sobre um Acordo de Facilitação do Investimento Sustentável (AFIS). Em 9 de outubro de 2023, o Conselho da União Europeia adotou uma decisão que autoriza a assinatura deste acordo.



Educação

9% dos diplomados da UE participam em mobilidade no estrangeiro

Aproximadamente 386.900 estudantes que se formaram em 2021 em países da UE estudaram no estrangeiro durante a sua licenciatura durante pelo menos 3 meses. Este número significa que 9%, do total de 4,3 milhões de diplomados da EU, participaram num programa de mobilidade no estrangeiro. Saiba mais [aqui](#).



Emprego e Demografia

Escassez de competências é um problema grave para a maioria das PME da UE, revela o Eurobarómetro

Um novo inquérito Eurobarómetro [conclui](#) que a escassez de competências é um dos problemas mais graves para as Pequenas e Médias Empresas (PME) na UE. O desafio da escassez de competências tem crescido ao longo dos anos e abrange agora todos os Estados-Membros da UE e todos os setores da economia.

O inquérito é uma ferramenta útil para compreender o impacto da escassez de competências nas PME e contribuirá para a elaboração das políticas da Comissão. Entre outras coisas, servirá de base para a implementação do pacote de medidas de apoio às PME, que foi adotado em setembro de 2023 e estipula várias ações para melhorar a situação das competências das PME na UE. O inquérito também complementa outro estudo Eurobarómetro recentemente publicado que, entre outros aspetos, se centra nas atividades de formação e qualificação das empresas.

Comissão propõe novas medidas em matéria de competências e talentos para ajudar a resolver escassez crítica de mão de obra

A Comissão [apresentou](#) uma série de **novas iniciativas no âmbito do pacote Mobilidade de Competências e Talentos** para potenciar a atração de talentos de países terceiros para a UE e facilitar a mobilidade interna. As medidas adotadas incluem uma nova Reserva de Talentos da UE destinada a conciliar a procura de mão de obra por parte dos empregadores dos estados-membros com a oferta de candidatos a emprego em países terceiros, bem como medidas para promover o reconhecimento das qualificações e a mobilidade dos estudantes. Estas ações constituem os principais resultados do Ano Europeu das Competências.



Energia

1.º Acordo para reduzir emissões de metano na UE

O Parlamento Europeu e o Conselho [alcançaram](#) um novo regulamento da UE para **reduzir as emissões de metano geradas pelo setor da energia** na Europa e pelas nossas cadeias de abastecimento mundiais. A indústria dos combustíveis fósseis, do petróleo e do carvão será obrigada a medir, monitorizar, comunicar informações e verificar devidamente as emissões de metano, bem como adotar medidas para a sua redução. O acordo prevê, ainda, aumentar a transparência e intensificar as ações no que respeita às emissões de petróleo, gás e carvão importados

Proteção contra a manipulação do mercado grossista da energia: Conselho e Parlamento chegam a acordo

O Conselho e o Parlamento chegaram a um [acordo](#) político provisório sobre o regulamento com vista a **melhorar a proteção da União contra a manipulação do mercado grossista da energia** (REMIT). O REMIT faz parte de uma reforma mais ampla da configuração do mercado da eletricidade da UE. Os restantes aspetos da reforma, que serão acordados pelo Conselho e pelo Parlamento numa fase posterior, visam tornar os preços da eletricidade menos dependentes da volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis e proteger os consumidores das subidas abruptas dos preços, assim como acelerar a implantação das energias renováveis e melhorar a proteção dos consumidores.



Espaço

Espaço: Conselho aprova conclusões sobre a Estratégia Espacial da UE para a Segurança e a Defesa

O Conselho [aprovou](#) conclusões sobre a primeira **Estratégia Espacial da UE para a Segurança e a Defesa**. O Conselho recordou o **compromisso de longa data da UE para com o direito internacional e os valores e princípios orientadores** desenvolvidos no quadro das Nações Unidas, e reafirmou a disponibilidade dos Estados-Membros da UE para **continuarem a trabalhar no sentido de estabelecer normas, regras e princípios de comportamentos responsáveis** em toda a gama de atividades espaciais.

O Conselho reiterou a **natureza estratégica** do espaço e a necessidade de, enquanto potência espacial mundial, a UE dar resposta aos desafios atuais e futuros em matéria de segurança relacionados com a recente **intensificação de comportamentos irresponsáveis e hostis** no domínio espacial.

Relações UE-Reino Unido: Conselho dá luz verde à participação do Reino Unido nos programas Horizonte Europa e Copernicus

O Conselho [deu](#) luz verde à participação do Reino Unido nos programas Horizonte Europa e *Copernicus* da UE, ao aprovar o acordo de princípio alcançado entre a Comissão e o Governo do Reino Unido em 7 de setembro de 2023. Nos termos do acordo de princípio, a partir de 1 de janeiro de 2024 os investigadores e as organizações do Reino Unido poderão participar no programa de investigação e inovação da UE, o Horizonte Europa, em condições de igualdade com os seus congéneres dos Estados-Membros da UE.

O Reino Unido participará igualmente no *Copernicus*, o programa da UE para a observação da Terra, e terá acesso aos serviços da UE de vigilância e rastreio de objetos no espaço. A participação do Reino Unido estará sujeita a todas as salvaguardas do Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido, incluindo o pagamento de uma taxa de participação ao orçamento da UE. O Conselho e a Comissão também fizeram uma declaração conjunta sobre a decisão do Conselho.



Estado de Direito

Atividades de perfuração não autorizadas no Mediterrâneo Oriental: Conselho prorroga medidas restritivas

O Conselho [prorrogou](#) por mais um ano, até 30 de novembro de 2024, as **medidas restritivas** que impôs em 2019 **tendo em conta as atividades de perfuração não autorizadas levadas a cabo pela Turquia no Mediterrâneo Oriental**. As medidas restritivas consistem num **congelamento de bens** para as pessoas e entidades incluídas na lista, e na proibição de cidadãos e empresas da UE **disponibilizarem fundos ou recursos económicos** às pessoas incluídas na lista. Além disso, as pessoas incluídas na lista estão **proibidas de entrar** na União Europeia ou de por ela transitar.

Atualmente, figuram na lista **duas pessoas**. Por conseguinte, a União Europeia continua a ter a capacidade para impor medidas restritivas específicas contra pessoas ou entidades responsáveis por atividades não autorizadas de perfuração de hidrocarbonetos no Mediterrâneo Oriental, ou que nelas estejam envolvidas.

Pacote de procedimentos de infração de novembro: principais decisões

A Comissão Europeia [decidiu](#) dar início a um procedimento de infração, tendo enviado uma carta de notificação para cumprir a **Portugal** (INFR(2020)4038) por não ter aplicado as medidas exigidas pela [Diretiva Habitats \(Diretiva 92/43/CEE do Conselho\)](#) para evitar as capturas acessórias de cetáceos por navios de pesca.

Os golfinhos e os botos são espécies estritamente protegidas de acordo com a Diretiva Habitats. Portugal não estabeleceu um sistema para efeitos de monitorização da captura e do abate acidentais de espécies protegidas e para evitar um impacto significativo das capturas acessórias do golfinho comum (*Delphinus delphis*), do golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*) e do boto (*Phocoena phocoena*) nas águas sob a sua jurisdição. Além disso, Portugal não tomou as medidas necessárias para evitar perturbações significativas destas duas últimas espécies em vários [sítios Natura 2000](#) designados para a sua proteção. Por conseguinte, a Comissão decidiu enviar uma carta de notificação para cumprir a Portugal, que dispõe agora de dois meses para responder e corrigir as deficiências mencionadas pela Comissão. Na ausência de uma resposta satisfatória, a Comissão pode decidir emitir um parecer fundamentado.

Direito das sociedades: Comissão insta a Bulgária, Chipre, Luxemburgo e Portugal a assegurarem a transposição completa e atempada das regras da UE em matéria de transformações, fusões e cisões transfronteiras de empresas

A Comissão Europeia [decidiu](#) enviar um parecer fundamentado à **Bulgária** (INFR(2023)0049), a **Chipre** (INFR(2023)0051), ao **Luxemburgo** (INFR(2023)0077) e a **Portugal** (INFR(2023)0092) por não terem transposto as normas da UE estabelecidas pela [Diretiva \(UE\) 2019/2121](#) no que respeita às transformações, fusões e cisões transfronteiras. A diretiva estabelece procedimentos harmonizados para a transferência, fusão ou cisão de empresas dentro do mercado único, prevenindo simultaneamente salvaguardas contra abusos e assegurando que os direitos dos trabalhadores sejam bem protegidos. Todos os Estados-Membros deviam transpor a diretiva para o direito nacional e notificar a Comissão até 31 de janeiro de 2023. Em março de 2023, a Comissão enviou cartas de notificação para cumprir à Bulgária, a Chipre, ao Luxemburgo e a Portugal por não terem notificado as medidas nacionais de transposição da diretiva. Na sequência das suas respostas, a Comissão concluiu que a Bulgária, Chipre, o Luxemburgo e Portugal continuavam a não notificar as medidas nacionais que asseguram a transposição da diretiva. Estes Estados-Membros dispõem agora

de dois meses para eliminar as deficiências identificadas pela Comissão. Na ausência de uma resposta satisfatória, a Comissão poderá intentar uma ação no Tribunal de Justiça da União Europeia.



Indústria

Chumbo e di-isocianatos: Proteger trabalhadores da exposição

A Presidência do Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre redução dos valores-limite para o chumbo e fixação de novos valores-limite para os di-isocianatos. Ambas as instituições deverão aprovar o acordo, que será adotado formalmente após revisão jurídico-linguística. Concluídas as etapas de adoção, os Estados-Membros disporão de dois anos para transpor a diretiva na respetiva legislação nacional.

Entra em vigor novo regulamento sobre a proteção dos produtos artesanais e industriais europeus

O Regulamento de Proteção das Indicações Geográficas de Produtos Industriais e Artesanais (CIGI) [está em vigor](#) desde 16 de Novembro. O texto visa incrementar a proteção dos nomes de produtos artesanais e industriais europeus que dependem da originalidade e da autenticidade das competências tradicionais das suas regiões. O regulamento harmonizará a proteção de produtos industriais e artesanais europeus valiosos, como a porcelana de Limoges, a cutelaria de Solingen, o mármore de Carrara ou o bordado da Madeira.



Instituições

Resultados do orçamento da UE: Comissão mais otimista do que Tribunal de Contas Europeu

Num documento de análise, o Tribunal de Contas Europeu (TCE) [não se mostra](#) tão otimista como a Comissão Europeia no que toca aos resultados do orçamento da União Europeia (UE). O guardião das finanças da UE salienta que o executivo da União não concorda com as suas conclusões sobre a gestão orçamental em áreas específicas de despesas, como a coesão (a maior política de despesas da União) e o fundo de recuperação da COVID-19 (o maior fundo da UE), em que o TCE encontra mesmo mais erros.

A Comissão publica vários relatórios financeiros, incluindo o Relatório Anual sobre a Gestão e a Execução (RAGE), no qual o grupo de comissários assume também a responsabilidade política pela gestão do orçamento da UE. Trata-se de um relatório de alto nível sobre o desempenho, que descreve a gestão do orçamento da União e os resultados dos programas e políticas da UE. O documento é essencial para o Parlamento Europeu e o Conselho da UE, que pedem contas à Comissão pela execução do orçamento da União através do procedimento de quitação anual, que está a decorrer.

O TCE nota que, em mais de um terço dos seus relatórios de auditoria sobre temas específicos publicados em 2022, pediu à Comissão que melhorasse a recolha de dados, o acompanhamento e a comunicação de informações sobre o desempenho. Quanto às despesas orçamentais da UE de 2022 (196 mil milhões de euros), em outubro de 2023 o TCE detetou muitos mais erros nos pagamentos do que a Comissão (4,2% contra 1,9%). A maior diferença foi na área das despesas de coesão, um total de 79 mil milhões de euros (40% do orçamento da UE), em que o TCE comunicou uma taxa de erro de 6,4%, enquanto a estimativa máxima da Comissão foi de 2,6%. Além disso, no Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR, o fundo da UE para a recuperação da COVID-19, no valor de 723 mil milhões de euros), o TCE detetou problemas com vários marcos e metas que ajudam a manter o fundo sob controlo. Já a Comissão informou que estes estavam todos cumpridos de forma satisfatória para os pagamentos feitos em 2022. Além disso, no ano passado, o TCE revelou que a Comissão declarou 9 mil milhões de euros a mais de contributo da Política Agrícola Comum (PAC) para as despesas relacionadas com o clima. Para este RAGE, o TCE mantém a mesma observação sobre o cálculo em excesso, pois a metodologia atualizada para controlar a nova PAC só se aplica a partir de 2023.



Investigação e inovação científica, ciência

Conselho Europeu da Inovação aprovou mil milhões de euros de investimentos de risco em tecnologia avançada num ano

A Comissão Europeia [anunciou](#) que o Fundo do Conselho Europeu de Inovação (CEI) aprovou quase mil milhões de EUR de investimentos em empresas de tecnologia avançada desde que o Fundo iniciou as suas operações em setembro de 2022. O Fundo CEI é o braço de investimento de risco do Conselho Europeu de Inovação, que foi lançado no âmbito do Horizonte Europa para apoiar tecnologias e inovações revolucionárias. Em pouco mais de um ano, 159 empresas em fase de arranque e PME, todas selecionadas no âmbito do programa Acelerador do CEI, viram os seus investimentos aprovados. Ao atingir este marco de mil milhões de euros, o CEI consolida a sua posição como o investidor de eleição para as empresas europeias de tecnologia profunda.

No âmbito do programa do CEI, as empresas são selecionadas na sequência de um rigoroso processo de avaliação por peritos externos e de uma diligência prévia exaustiva por parte do Banco Europeu de Investimento, que atua como consultor de investimento do Fundo EIC. Após a aprovação do investimento, as empresas têm normalmente até 12 meses para encontrar coinvestidores com o apoio do CEI. 71 empresas já concluíram este processo e atraíram coinvestimentos no valor de um múltiplo de 3 vezes o montante dos

investimentos do Fundo CEI. A maioria das empresas recebe também apoio sob a forma de subvenções até 2,5 milhões de euros e acesso a conhecimentos especializados, parcerias e oportunidades de mercado através dos serviços de aceleração empresarial do CEI.

Programas de investigação: parcerias público–privadas da UE estão bem e recomendam–se, garante o Tribunal de Contas Europeu

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) [dá](#) luz verde às contas de todas as empresas comuns da União Europeia que examinou este ano. O auditor da UE confirma os resultados positivos de auditorias anteriores, mas alerta que há trabalho duro pela frente. É preciso terminar os projetos do período anterior, levar os parceiros privados a pagarem o que devem e resolver algumas falhas de recrutamento e gestão.

As empresas comuns são parcerias entre a Comissão Europeia e o setor industrial. Em alguns casos, também participam organismos de investigação, organizações intergovernamentais e alguns países. São financiadas pelos programas da UE dedicados à investigação e inovação (como os programas Horizonte 2020, Horizonte Europa e Europa Digital) e também pelas contribuições (em espécie e em dinheiro) dos outros parceiros. Estas empresas desenvolvem atividades específicas nas áreas dos transportes, energia, saúde, bioindústrias, tecnologias digitais essenciais, supercomputação e sistemas de redes inteligentes.

No período financeiro de 2021-2027, espera-se que os 16,7 mil milhões de euros que a UE paga para as empresas comuns tragam mais 21,1 mil milhões de euros dos outros parceiros (indústria, países participantes e organizações internacionais) para realizar projetos de investigação e inovação no valor de cerca de 37,8 mil milhões de euros.

O TCE passa um atestado de boa saúde a todas as empresas comuns, mas mostra-se preocupado porque estas empresas gerem muitos projetos que se sobrepõem, o que pode ter consequências no seu pessoal e nos resultados dos próprios projetos. O auditor da UE salienta que várias empresas comuns passaram projetos do ciclo orçamental anterior para o atual e apela a que os terminem quanto antes.

As empresas comuns Europa Circular de Base Biológica (CBE) e Computação Europeia de Alto Desempenho (EuroHPC) não conseguiram que os seus parceiros privados dessem as contribuições em espécie que deviam. No caso da EuroHPC, os auditores verificam que, até ao final de 2022, os parceiros privados só tinham pago 2,6% do mínimo com que devem contribuir para os projetos do programa Horizonte 2020.



Mar e Pescas

Luta contra a sobrepesca: Conselho adota regras revistas para o regime de controlo das pescas da União

O Conselho [deu](#) luz verde final à revisão do **regime de controlo das pescas** da UE, modernizando a forma como a pesca é controlada. O regulamento recentemente adotado atualiza cerca de 70 % das regras em vigor para o controlo dos navios de pesca, o que contribuirá para garantir que os navios da UE e outros navios que pescam nas águas da UE respeitam as regras da política comum das pescas (PCP).

A fim de evitar declarações incorretas, serão também introduzidas novas regras sobre a **margem de tolerância** (ou erro) na estimativa das capturas. A margem de tolerância representa a diferença entre a estimativa do pescado capturado e o resultado efetivo da pesagem. Regra geral, a margem de tolerância será mantida em 10 % por espécie, como já acontece atualmente. Porém, serão aplicáveis algumas exceções. Para as espécies cuja quantidade não exceda 100 kg, a margem será de 20 % por espécie.

Serão aplicáveis derrogações às pescarias de pequenos pelágicos, às pescarias para fins industriais e à pesca de atum tropical com rede de cerco com retenida, em especial se as capturas forem desembarcadas em "portos designados", onde devem ser asseguradas condições especiais de desembarque e pesagem. Por último, determinados navios de maior porte estarão equipados com um dispositivo de medição da **potência do motor**, a fim de assegurar que a sua capacidade de pesca se mantém dentro dos limites estabelecidos na PCP.

UE e países vizinhos comprometem-se a reforçar o controlo da gestão das pescas no Mediterrâneo e no mar Negro

Entre as principais medidas, a UE e os países vizinhos [acordaram](#), no âmbito da [Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo](#) (CGPM), lançar novos instrumentos para acompanhar as atividades de todas as frotas que pescam no Mediterrâneo e no mar Negro e partilhar os vários [planos de gestão plurianuais](#). O novo mecanismo dará **seguimento aos casos de incumprimento** através de medidas adequadas e proporcionadas. Para consolidar os esforços conjuntos no Mediterrâneo e garantir que as medidas produzem resultados no terreno, ainda este ano será permanentemente destacado um navio de patrulha da Agência Europeia de Controlo das Pescas (AECPP).

Na 46.ª reunião^{anual} da [Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo](#) (CGPM), que teve lugar entre 6 e 10 de novembro em Split, a UE e os países vizinhos acordaram em reforçar as condições de concorrência equitativas no **controlo e na gestão das pescas** no Mediterrâneo e no mar Negro. Trata-se de um passo fundamental para garantir que todos os operadores envolvidos na pesca respeitam as mesmas normas, com base nos princípios da política [comum das pescas](#) (PCP). Graças aos esforços da UE e de mais de 12 outros Estados costeiros, a CGPM adotou por unanimidade um total de 34 medidas partilhadas. A UE apoiará a execução das medidas e da [Estratégia CGPM 2030](#) com uma **subvenção anual de 8 milhões de EUR**.

TCE sinaliza estagnação na aquacultura europeia apesar de apoio substancial da UE

Embora o quadro da UE para a promoção do desenvolvimento sustentável da aquicultura nos Estados-Membros tenha melhorado, o aumento substancial do financiamento não produziu resultados tangíveis, alerta um relatório publicado pelo Tribunal de Contas Europeu. Saiba mais [aqui](#).



Mobilidade

Transporte ferroviário: Comissão insta Portugal a aplicar corretamente as regras da UE em matéria de segurança ferroviária

A Comissão [decidiu](#) enviar um parecer fundamentado a **Portugal** (INFR(2020)2092) por não ter aplicado corretamente a [Diretiva \(EU\) 2016/798](#) relativa à [segurança ferroviária](#). Esta diretiva exige que os Estados-Membros criem autoridades nacionais de segurança responsáveis pela supervisão e aplicação do quadro de segurança ferroviária. Foram identificadas deficiências na supervisão dos sistemas de gestão da segurança das empresas ferroviárias e dos gestores de infraestrutura e na capacidade organizativa da autoridade nacional de segurança portuguesa. A Comissão decidiu emitir um parecer fundamentado a Portugal, que dispõe agora do prazo de dois meses para responder e adotar as medidas necessárias. Caso contrário, a Comissão pode decidir instaurar uma ação no Tribunal de Justiça da União Europeia.



Prémios

Candidaturas abertas para o Prémio Região Empreendedora Europeia

As cidades, regiões e municípios europeus que pretendam mostrar, partilhar e enriquecer a sua estratégia e experiência na promoção da criação, inovação e crescimento de Pequenas e Médias Empresas (PME) podem agora candidatar-se à edição de 2025 do [Prémio Região Empreendedora Europeia](#) (EER), organizado pelo Comité das Regiões Europeu (CR) em parceria com a DG GROW da Comissão Europeia.

Sob o tema “Fazer melhor os negócios nas regiões e cidades da EU”, a REE 2025 irá destacar ações locais e regionais destinadas a desenvolver um ambiente favorável às empresas, reforçando assim a competitividade e a resiliência a longo prazo das suas economias locais. Os órgãos de poder local e regional podem apresentar as suas estratégias até 20 de março de 2024.



Proteção Civil

Conselho adota decisão relativa a financiamento de aviões e helicópteros de combate a incêndios

O Conselho [acordou](#) em prorrogar, até ao final de 2027, uma medida transitória que permitirá aos Estados-Membros continuarem a beneficiar de financiamento da UE para alugar aviões e helicópteros de combate a incêndios, até que uma futura frota permanente da UE de combate a incêndios esteja operacional.

Em 2019, a rescEU foi criada como uma reserva de capacidades europeias de proteção civil, que contribui para ajudar os Estados-Membros a proteger os cidadãos em caso de catástrofes, como os incêndios florestais, que ultrapassam as capacidades de resposta existentes. Estas capacidades da rescEU incluirão uma frota de aviões e helicópteros de combate a incêndios. A fim de assegurar uma transição harmoniosa até a frota rescEU de combate a incêndios estar plenamente operacional, a Comissão pode, durante um período transitório até 31 de dezembro de 2024, conceder financiamento aos Estados-Membros para alugarem aviões de combate a incêndios. Uma vez que a aquisição de aeronaves altamente especializadas não pode ser concluída antes do final de 2024, foi necessário prorrogar o período de transição para o aluguer de aviões e helicópteros de combate a incêndios florestais.



Regiões Ultraperiféricas

Subsecretário Regional da Presidência apresenta projeto de cidadania "A Minha Europa"

O subsecretário regional da Presidência, Pedro de Faria e Castro, [apresentou](#), em Ponta Delgada, o projeto de cidadania europeia “A Minha Europa”, uma iniciativa pedagógica destinada aos alunos do 4.º ano do ensino básico de todos os concelhos dos Açores. Segundo Pedro de Faria e Castro, a iniciativa pretende, acima de tudo, falar da União Europeia e dos Açores de “forma simples e numa linguagem descomplicada”, com o objetivo de despertar o interesse dos alunos para os valores da união de 27 Estados-membros.

“Queremos ajudar na compreensão da determinante importância da União Europeia no nosso dia a dia, evidenciando que este projeto comunitário é algo que está próximo de nós”, sublinhou o governante. As informações constantes desta iniciativa são disponibilizadas aos alunos no livro “A Minha Europa”, onde é possível conhecer os símbolos e os países da União Europeia, assim como outras regiões ultraperiféricas e o euro como moeda.

Os técnicos superiores da Presidência do Governo, avançou Pedro de Faria e Castro, estarão a dinamizar as sessões interativas pelas escolas da Região, até março de 2024, começando pelos estabelecimentos de ensino das Sete Cidades e dos Ginetes, na ilha de São Miguel. Com 63 sessões previstas em todo o arquipélago, a iniciativa “A Minha Europa” percorrerá “todos os concelhos da Região”, confirmou o Subsecretário Regional, indicando que serão abrangidas as escolas públicas e privadas.

Para além da apresentação do livro “A Minha Europa”, serão realizados jogos interativos com os alunos, que terão por base conceitos como “a democracia, a União Europeia dos valores e a importância de uma participação cívica”, esclareceu Pedro de Faria e Castro. Estas atividades vão abranger cerca de 2.300 alunos de toda a Região que terão a oportunidade de participar em exercícios que vão desde a geografia à matemática, do desenho à história, entre outras áreas que apelam ao raciocínio e à criatividade das crianças.



Saúde

Ar limpo: Comissão insta a Bulgária, Irlanda, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia e a Suécia a cumprirem a legislação da UE em matéria de poluição atmosférica e a reduzirem as suas emissões de vários poluentes para reduzir a poluição atmosférica

A Comissão Europeia [decidiu](#) igualmente enviar cartas de notificação para cumprir adicional a três Estados-Membros [**Luxemburgo** (INFR(2022)2075), **Polónia** (INFR(2022)2077) e **Roménia** (INFR(2022)2079)] e pareceres fundamentados a nove Estados-Membros. **Bulgária** (INFR(2022)2068), **Irlanda** (INFR(2022)2073), **Chipre** (INFR(2022)2069), **Letónia** (INFR(2022)2076), **Lituânia** (INFR(2022)2074), **Hungria** (INFR(2022)2072), **Áustria** (INFR(2022)2067), **Portugal** (INFR(2022)2078) e **Suécia** (INFR(2022)2080)] por não terem assegurado a correta aplicação dos seus compromissos no atinente à redução de vários poluentes atmosféricos, tal como exigido pela [Diretiva 2016/2284](#) relativa à redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos («Diretiva LNE»).

A Diretiva LNE estabelece compromissos nacionais de redução das emissões relativamente a cinco poluentes atmosféricos importantes: óxidos de azoto (NOx), compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM), dióxido de enxofre (SO2), amoníaco (NH3) e partículas finas (PM2,5). Todos estes poluentes contribuem para a má qualidade do ar, tendo impactos negativos significativos na saúde humana e no ambiente. Os compromissos de redução devem ser cumpridos anualmente por cada Estado-Membro entre 2020 e 2029, bem como as reduções mais ambiciosas a partir de 2030. Além disso, os Estados-Membros devem estabelecer programas nacionais de controlo da poluição atmosférica (PNCPA) para mostrar de que forma estes compromissos de redução serão cumpridos.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

UE está a disponibilizar 110 milhões de euros adicionais em ajuda humanitária para apoiar os ucranianos afetados pela guerra

Enquanto a guerra da Rússia contra a Ucrânia [prossegue](#), a situação humanitária no país continua a ser terrível. A chegada do inverno coloca novos desafios às comunidades já vulneráveis afetadas pela guerra. Por conseguinte, a Comissão está a atribuir 110 milhões de euros de ajuda humanitária, dos quais 100 milhões de euros se destinam a operações na Ucrânia e 10 milhões de euros a apoiar os refugiados ucranianos e as comunidades de acolhimento na Moldávia. Este novo financiamento ajudará os parceiros humanitários da UE a prestar serviços essenciais como assistência pecuniária, alimentos, água, abrigo, cuidados de saúde, apoio psicossocial e proteção.

A última afetação eleva para 843 milhões de euros o total da ajuda humanitária da UE em resposta à guerra da Rússia na Ucrânia. Tendo em conta os ataques deliberados da Rússia às infraestruturas energéticas da Ucrânia no ano passado, a UE está também a dar prioridade ao apoio energético de emergência, mobilizando mais 84 geradores de eletricidade das suas reservas estratégicas *rescEU*. No total, mais de 5 mil geradores de energia foram enviados para a Ucrânia através do Mecanismo de Proteção Civil da UE. Além disso, a UE está a coordenar doações do setor privado para fornecer equipamento energético crucial à Ucrânia.



Tecnologia, informática e comunicações

Regulamento Europa Interoperável melhorará os serviços públicos em linha para as pessoas e empresas

A Comissão Europeia [congratula-se](#) com o acordo alcançado entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre o Regulamento Europa Interoperável. Este regulamento reforçará a interoperabilidade e a cooperação transfronteiras no setor público em toda a UE. A Comissão propôs o ato legislativo para ajudar a alcançar as [metas digitais da Europa para 2030](#), disponibilizando serviços públicos essenciais em linha a todas as pessoas na UE, sem discriminação. O acordo hoje alcançado abre caminho à conclusão do mercado único digital.

O Regulamento Europa Interoperável eleva a troca de informações do setor público em toda a União a um novo patamar e acelera a transformação digital do setor público europeu. Introduce um quadro de cooperação para as administrações públicas em toda a UE, a fim de contribuir para o intercâmbio transfronteiras de dados. Esta cooperação assegura um acordo sobre soluções digitais interoperáveis e reutilizáveis, como *software* de fonte aberta, orientações, listas de verificação, quadros e ferramentas informáticas.

Ao fazê-lo, contribui para eliminar os encargos administrativos, incluindo os obstáculos jurídicos, organizacionais, semânticos e técnicos à cooperação administrativa.

O regulamento assegurará o acesso sem descontinuidades das pessoas na UE a serviços públicos transfronteiras, melhorando a qualidade de vida daquelas que pretendem trabalhar, estudar ou reformar-se noutro Estado-Membro, incluindo dos 150 milhões de cidadãos da UE que vivem numa região fronteiriça, ou dos dois milhões de trabalhadores pendulares entre Estados-Membros.

Cibersegurança: Estados-Membros definem posição comum sobre uma alteração específica do Regulamento Cibersegurança

A fim de reforçar a CiberResiliência da UE, possibilitando a futura adoção de sistemas europeus de certificação para "serviços de segurança geridos", os representantes dos Estados-Membros [alcançaram](#) uma **posição comum** sobre a proposta de alteração específica do **Regulamento Cibersegurança**, de 2019.

Os "**serviços de segurança geridos**", prestados aos clientes por empresas especializadas, são cruciais para a prevenção, deteção, resposta e recuperação de incidentes de cibersegurança. Podem consistir, por exemplo, na deteção de incidentes ou na resposta aos mesmos, em testes de penetração ou auditorias de segurança, ou em consultoria.

Apresentada juntamente com a proposta relativa ao Regulamento Cibersolidariedade, tendo em vista a reforçar as capacidades de cibersegurança na UE, a alteração específica do Regulamento Cibersegurança visa incluir os sistemas europeus de certificação da cibersegurança para "serviços de segurança geridos" no âmbito de aplicação do Regulamento Cibersegurança, de 2019.

Essa alteração possibilitará, por conseguinte, a criação de sistemas europeus de certificação para esses serviços, contribuindo para aumentar a sua qualidade e comparabilidade, promover a emergência de prestadores de serviços de cibersegurança de confiança e evitar a fragmentação do mercado interno, dado que alguns Estados-Membros já começaram a adotar sistemas nacionais de certificação para serviços de segurança geridos.

Regulamento Europa Interoperável: Conselho e Parlamento chegam a acordo para serviços públicos digitais mais eficientes em toda a UE

Tendo em vista criar uma rede de administrações públicas digitais interligadas e acelerar a transformação digital do setor público europeu, a Presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um **acordo provisório** quanto à proposta legislativa que estabelece medidas para um elevado nível de interoperabilidade do setor público em toda a UE (**Regulamento Europa Interoperável**).

O regulamento visa criar um **novo quadro de cooperação** para as administrações públicas da UE, a fim de assegurar a prestação de serviços públicos sem descontinuidades além-fronteiras, bem como prever medidas de apoio destinadas a promover a inovação e a reforçar o intercâmbio de competências e conhecimentos. O novo ato legislativo estabelecerá uma estrutura de governação da interoperabilidade com vista à criação de um **ecossistema de soluções de interoperabilidade partilhadas** para o setor público da UE. Desta forma, as administrações públicas da UE podem contribuir para essas soluções e reutilizá-las, inovar em conjunto e criar valor acrescentado.

Conselho e Parlamento chegam a acordo provisório para reforçar o aprovisionamento de matérias-primas críticas

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a acordo sobre a proposta de regulamento que estabelece um quadro para garantir um aprovisionamento seguro e sustentável de matérias-primas críticas, mais conhecido como Regulamento Matérias-Primas Críticas. O acordo é provisório, enquanto se aguarda a adoção formal por ambas as instituições.

O acordo político mantém os objetivos gerais da proposta original, mas reforça vários elementos. Inclui o alumínio na lista de materiais estratégicos e críticos, reforça o parâmetro de referência da reciclagem, clarifica o procedimento de licenciamento de projetos estratégicos e exige que as empresas pertinentes realizem uma avaliação dos riscos da cadeia de abastecimento sobre o seu aprovisionamento de matérias-primas estratégicas.

A proposta de regulamento da Comissão estabelece uma lista de 34 matérias-primas críticas (incluindo 16 matérias-primas estratégicas) e fixa metas para aumentar a contribuição da UE para estas substâncias (10 % para a extração; 40 % para a transformação e 15 % para a reciclagem). Para o efeito, a proposta preconiza um procedimento de autorização rápido e simplificado para os projetos de extração estratégica, a tratar por um ponto de contacto nacional único. Apela igualmente à análise de riscos quanto a possíveis dependências, à elaboração de planos de exploração pelos Estados-Membros, a um maior investimento em investigação, inovação e competências e à proteção do ambiente através da promoção da circularidade e da sustentabilidade das matérias-primas. A nível mundial, o regulamento identificou medidas para diversificar as importações de matérias-primas críticas, assegurando que não mais do que 65 % do consumo da União de cada matéria-prima estratégica provenha de um único país terceiro.

Comissão abre acesso aos supercomputadores da UE para acelerar o desenvolvimento da inteligência artificial

A Comissão e a [Empresa Comum para a Computação Europeia de Alto Desempenho](#) (EuroHPC) [comprometeram-se](#) a abrir e a alargar o acesso aos recursos de supercomputação de classe mundial da UE às empresas em fase de arranque e às PME europeias do setor da inteligência artificial (IA), bem como à comunidade da IA em geral, no âmbito da iniciativa da UE para as empresas em fase de arranque do setor da IA. Para apoiar o futuro desenvolvimento e a escalabilidade dos modelos de IA, é essencial conceder acesso a supercomputadores de classe mundial capazes de acelerar o treino e os testes no domínio da IA, reduzindo o tempo de treino de meses ou anos para algumas semanas.

Esta declaração, feita no contexto da [quarta assembleia da Aliança Europeia da IA](#), organizada em Madrid, surge na sequência de um anúncio da presidente Ursula von der Leyen no seu [discurso sobre o estado da União de 2023](#). Os agentes da [IA europeia](#) e da [computação de alto desempenho](#) (HPC) cooperarão estreitamente para promover avanços inovadores e reforçar a competitividade do ecossistema industrial europeu da IA, acelerando assim o desenvolvimento da IA e tornando a União Europeia um líder competitivo a nível mundial.



Turismo

Turismo: Conselho e Parlamento chegam a acordo para aumentar a transparência dos alojamentos de curta duração

Como parte dos esforços em curso para promover um ecossistema turístico equilibrado na UE, o Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre um projeto de regulamento relativo à recolha e partilha de dados para os serviços de alojamento de curta duração.

A proposta de regulamento visa aumentar a transparência e ajudar as autoridades públicas a regular esta parte cada vez mais importante do setor do turismo. O desenvolvimento dos serviços em linha e da economia cooperativa impulsionou o arrendamento de quartos e residências por curtos períodos de tempo, muitas vezes através de plataformas em linha. Embora as reservas de curta duração ofereçam benefícios tanto para os anfitriões como para os turistas, podem ser motivo de preocupação para algumas comunidades locais que se debatem com a falta de habitação a preços acessíveis, por exemplo.

As novas regras introduzem requisitos de registo harmonizados para os anfitriões e as propriedades de arrendamento de curta duração, incluindo a atribuição de um número de registo único a apresentar nos sítios *Web* das propriedades, com o objetivo de melhorar a recolha e a partilha de dados dos anfitriões e das plataformas em linha. Os dados gerados serão partilhados entre as administrações públicas de toda a UE, contribuindo para as estatísticas do turismo e permitindo que as administrações lutem contra a oferta ilegal. De um modo geral, esta medida contribuirá para um ecossistema turístico mais sustentável que apoia a sua transição digital.

Mais no Parlamento Europeu...

[Calendário para 2023 e 2024.](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



67509c Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!